

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.240, DE 2001

“Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que “dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.”

Autor: Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Relator: Deputado PEDRO CELSO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei submetido à nossa análise visa alterar a lei do trabalho temporário, a fim de permitir que essa modalidade de contratação seja realizada quanto ao trabalho rural.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O tema da contratação temporária é polêmico e tem gerado muita discussão nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Nesta legislatura, a Câmara dos Deputados aprovou, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator desta Comissão, Deputado Jair Meneguelli, o PL nº 4.302, de 1998, de iniciativa do Poder Executivo, que altera substancialmente a Lei nº 6.019/74. Um dos aspectos incluídos na proposição inicial era exatamente a possibilidade de contratação temporária no meio rural e que foi excluída do texto aprovado.

Como salientado no voto do Deputado Jair Meneguelli, relator da matéria, as relações de trabalho rural são muito diversas das urbanas. A contratação de trabalhadores temporariamente pode, efetivamente, enfraquecer as entidades sindicais rurais, uma vez que haveria a alteração de categoria, sendo que trabalhadores rurais seriam trabalhadores temporários.

A legislação trabalhista já permite que seja feita a contratação por prazo determinado, que atende perfeitamente a sazonalidade verificada no campo. Esse tipo de contratação, no entanto, é feito diretamente pelo empregador rural e, portanto, não há alteração da categoria do trabalhador rural.

Entendemos que a contratação temporária somente se justifica para atividades temporárias, ou seja, para a substituição do pessoal permanente ou para atividades que não sejam atividades fim da empresa. Não é o que verificamos na proposta, que permite as empresas rurais contratar trabalhadores temporários para a sua atividade fim.

Assim sendo, autorizar a contratação temporária no campo pode representar a fragilização das relações de trabalho rural, já tão precárias.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do PL nº 5.240, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado PEDRO CELSO
Relator